

Do ofício de historiador do Direito

Revisitação da metodologia historiográfica

A propósito da constituição do império e José Bonifácio

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo: O presente texto corresponde à arguição da Dissertação de Mestrado da Senhora Dr.^a Renata Anatólio Loureiro, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2014. E a propósito da mesma tese procura revisitar o ofício de historiador, em especial o do Direito e das Instituições. A tese está principalmente centrada na Constituição do Império do Brasil e na figura de José Bonifácio.

Palavras Chave: História, Historiografia, Historiador, Constituição do Império, José Bonifácio, Metodologia Histórico-Jurídica

Abstract: This text corresponds to our contribution to the discussion of Ms. Renata Anatólio Loureiro Master's thesis, at the Faculty of Law of the Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, February 7, 2014. And attempts to revisit the *historian craft*, especially the craft of Historians of Law and Institutions. The thesis is mainly focused on the Constitution of the Empire of Brazil and the figure of Jose Bonifacio.

Keywords: History, Historiography, Historian, the Empire Constitution (Brazil), Jose Bonifacio, Historical-Legal Methodology.

Cumprimento a Senhora Presidente da banca, Senhora Prof.^a Doutora Karine Salgado e as Ilustres colegas da mesma, em cujas pessoas saúdo todas as Autoridades, Colegas, Estudantes e demais público nestas provas. E naturalmente saúdo a candidata, a quem desejo as maiores felicidades.

Não foi por ritualismo retórico (e especificamente por *captatio benevolentia*) que invoquei na minha palestra de ontem nesta Casa, desde logo, as minhas raízes brasileiras e mais especificamente mineiras. Esta dissertação é, para além do seu mérito de levantamento histórico objetivo, concreto, da trama e das estórias nos alvares da independência do Brasil, também (pelo menos) uma projeção autognótica, e ela também coloca os problemas das raízes.

Fala das raízes, como sempre falamos das raízes (*Wohin gehen wir? Immer nach Hause*, como escreveu Novalis), para firmar uma orientação no presente, e para alavancar a construção do futuro. Por isso, significativamente, a tese termina não com grandes sínteses historiográficas ou de Filosofia da História, mas com um período vivencial e prospetivo: "(...) tanto quanto construimos, a cada dia, uma nova nação" (p. 175).

Num livro recente também de busca de raízes, Francisco Weffort, em *Espada, Cobiça e Fé. As Origens do Brasil*, cita significativamente Joaquim Nabuco (além de outros) para referir o que seria um tópico brasileiro, e a meu ver muito promissor: "É frequente entre nós a sensação de que estamos no começo dos tempos" (p. 11). Interessante situação, para um historiador. Pelo contrário, na Europa, tem-se a sensação sempre de que *on est venu trop tard dans un monde déjà trop vieux*, glosando Alfred Musset.

¹. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. lusofilias@gmail.com.

A primeira coisa que me agradou na tese foi o seu entusiasmo. Vê-se, sente-se, em cada linha - sobretudo na primeira "metade" da tese, decerto quando o fôlego está em mais alta - que a dissertação é feita como uma missão, e uma vocação (glosaríamos Weber, *mutatis mutandis*, falando em Historiadores do Direito por vocação), não como um trabalho imposto, agendado, por obrigação ou necessidade. Acredito que tenha consumido muitas e longas vigílias, e que, como a tese diz, a autora tenha usufruído desse magnífico ambiente familiar e de amigos (além do desvelo da orientadora) que lhe permitiram levar a nau a bom porto.

Trata-se assim de uma tese *de autor*. De uma tese com autoria, não de uma dessas dissertações plácidas e (dir-se-ia em francês) *plates*, em que a eventual mudança do nome de quem assina nada ou pouco mudaria. Perguntarão os menos familiarizados com as montanhas de teses que os professores hoje avaliam: "como pode uma dissertação não ser de autor? Pois não fala toda a gente, durante a confecção, durante a discussão e depois de feita e passado o pesadelo da banca (que em Portugal se diz *júri* e em Espanha *tribunal*) da *sua* tese, carregando até de orgulho o pronome possessivo?"

É verdade. Mas há teses e *teses*. E para além do fenómeno crescente do plágio (que nem sempre é humanamente possível detetar, mas que se descobre já muitas vezes, porque cada vez com mais frequência bebido no *mare magnum* da *Internet*) em que obviamente a autoria claudica muito, se é que se mantém, há outras situações. Encurtando razões, há teses em que o autor se diria sonâmbulo, escrevente (ou escriba?), sem uma ideia própria, nem mesmo a arte do mítico frade que, juntando ingredientes daqui e dali, todos alheios, soube dar o tempero próprio a um gostoso caldo (ou sopa) de pedra.

Pois nesta dissertação há, pelo contrário, ideias próprias, e uso de teses e argumentos alheios para cerzir (devo dizer que em geral sem reparos) essas mesmas ideias.

Além disso, esta tese forçou-me a recordar muitas das *leges artis* do ofício de historiador, matéria que cursei, embora sem exames, mas com excelentes Mestres, na Faculdade de Letras do Porto. Na verdade, ela obriga-me a recordar alguns dos grandes problemas de como se faz (ou deve fazer) a História.

Evidentemente que *não há bela sem senão*, e a função das arguições, tradicionalmente, é mais de criticar do que de louvar. Assim, começemos com algumas observações não propriamente críticas, mas no sentido de que a mestranda venha a melhorar o seu trabalho.

Por exemplo - um primeiro reparo - para os hábitos europeus (fala um doutor de Coimbra e de Paris - e também pós-doutor da USP, e portanto formado nesses rituais académicos muito estritos, a começar logo pelas teses, nisso inflexíveis do cânones de obras tais *Como se Faz uma Tese*, de Umberto Eco) citar a clássica *História da Filosofia* de Coplestone em castelhano é uma heresia. E a mesma coisa para Benjamin Constant (p. 45, *inter alia*). As obras devem ser lidas no original, ou pelo menos no original citadas. Ou, se quisermos ser mais patriotas - *nacionalistas* é outra coisa, e julgo ver essa confusão na tese: será? - sempre podemos colocar uma tradução na língua em que a tese é escrita (se fosse o caso, e então com o original usado em nota de rodapé). Pessoalmente, teria preferido essa solução.

Andam em voga as declarações de "interesses", embora em muitos casos despropositadas. Aqui vai: o exemplo é espanhol, como poderia ter sido de outra língua qualquer que tivesse sido usada na tese como idioma de passagem, intermediário, ou de ponte... Não tenho nada, obviamente, contra a língua de

Cervantes nem contra os Espanhóis, pelo contrário. Espero ter superado o preconceito que ainda em Portugal por vezes se mantém, em alguns círculos, desde que nos tornamos independentes (não de Espanha, que ainda não existia, mas do reino de Leão), em 1143 (Tratado de Zamora), e que ainda diz (era adágio entre o Povo), que "de Espanha, nem bom vento nem bom casamento". Também nisso é certamente facilitada a minha tarefa contra o preconceito por ter um bisavô espanhol... O grande antídoto contra o preconceito é a aproximação ou a proximidade com o objeto (mesmo que seja sujeito) vítima de preconceito. Por isso se diz que viajar faz bem contra esse obstáculo epistemológico, cognoscitivo, lógico, antropológico, ético e mais coisas...

Aliás, intrigou-me também o que poderia pensar-se como sendo um certo *espanholismo* cultural, ao longo de alguns pequenos passos do texto, desde logo dissociando favoravelmente a situação de Espanha do contexto geral da Península em que se insere, e muito em especial num caso que não me atrevo senão a colocar para discussão, porque realmente de há muito me intriga, e agora o clarão da dificuldade rebentou, não em luz, mas em problema maior ainda.

Gostaria, antes de mais, de lhe perguntar como encara realmente, não só no plano linguístico, mas no plano cultural, de interpretação cultural, e até de posicionamento cultural próprio uma questão que acabaria por tornar-se um dos problemas centrais do *background* filosófico da sua tese.

Expliquemo-nos, antes de avançar: é óbvio que esta dissertação tem um objeto historiográfico concreto. Mas lida, decidiu lidar, com grandes conceitos epocais, civilizacionais e ideológicos. Cremos que, no caso, isso prejudicou a consistência do trabalho, que sem essa dimensão encontraria um recorte quiçá menos grandiloquente ou ambicioso mas mais enxuto e muito menos vulnerável filosoficamente e no plano da História da Cultura. Mas a isso voltaremos.

Pois bem. Ao embrenhar-se não apenas pelo objeto mais preciso da história constitucional e política brasileira, e em particular pela ação de José Bonifácio e as suas ideias (o que já era um âmbito imenso, e para mais sujeito, no caso, ao perigo da "sedução pelo biografado" - com concomitante assunção de suas amizades e inimizades, mentais e pessoais; e relembro um curioso elogio português, lido na Academia Real das Ciências de Lisboa, a 15 de maio de 1877²), mas ao procurar ainda um original e ao mesmo tempo arriscado diálogo com correntes e autores, sobretudo europeus, este estudo acabaria por lidar com conceitos (neste plano vamos tratá-los como conceitos) como Idade Média, Liberalismo, e até Reforma e Absolutismo. E, evidentemente, Democracia, República, etc.. Mas o que mais me preocupou, juntando-se a dúvidas já anteriores - e espero sair daqui hoje muito mais esclarecido, finalmente! - é o conceito de *Ilustração*. A sua tese dar-me-á motivo mesmo para vir a escrever um artigo sobre o assunto. Uma tese que motiva num dos arguentes inspiração para novos estudos tem, desde logo, um mérito heurístico e inquietador³, que se deve agradecer.

Como a candidata já terá percebido, não vou ter tempo para entrar na minudência da filigrana político-constitucional do Brasil nascente. É aliás o ponto forte da sua tese, pelo levantamento de fontes, e por uma cadência narrativa que em geral resulta bem. A História que não é também *estória*, que não se prende não

² José Maria Latino COELHO. *Elogio Histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Lisboa. Typographia da Academia. 1877.

³ Neste ponto, fizeram-se oralmente mais algumas reflexões preliminares, que melhor se verão, desenvolvidas, no nosso futuro livro *Direito Político & Fundamentação Jurídica*.

dizemos ao anedótico da *petite histoire*, mas ao *interessante*, de que falava o célebre historiador francês, será sempre uma estatística descritiva.

Embora, pelo contrário, haja que ter um certo cuidado com o entusiasmo do verbo e a insinuação do preconceito, tão fáceis neste ramo do saber, porquanto sempre se encontrarão meia dúzia de historiadores para louvar ou estigmatizar qualquer um. Pobre de quem tem que ser julgado não pela História (que Clio aos Homens não julga), mas pelos historiadores, que não ouvem ninguém em contraditório tribunal... Mas, como digo, não será nesse plano o essencial da minha intervenção: e vou continuar com questões mais gerais e filosóficas...

Trata-se de inscrever a ação da tese num quadro conceitual e cronológico. E é esse quadro - em que se inscreve a tese - que eu gostaria de entender.

Porque as referências de enquadramento que são repetidamente feitas precisariam de ganhar consistência, robustês. Quase me atrevera a dizer que seria bom um glossário final. O que, aliás, faria a falta a muitos trabalhos, não só a este.

Os autores que seria de mais primariamente referir, porque brasileiros, seriam os *contemporâneos* da figura central, um Silvestre Pinheiro Ferreira, um Pimenta Bueno, um Visconde de Cairu, etc. Até um Frei Caneca. E nos autores gerais não seria descabido pensar em diálogo com Adam Smith e com Alexis de Tocqueville, que alguns dizem ter sido frequente leitura de D. Pedro.

Preferiu contudo a candidata um conjunto de autores mais "clássicos"... como que para avaliar o liberalismo brasileiro por um padrão-ouro mais genuíno, ou pretensamente mais "puro".

Pressupõe-se ou afirma-se que Locke, Montesquieu e Rousseau e mesmo Benjamin Constant⁴ são todos liberais. Até pode ser uma verdade, dependendo do que se entenda por "liberal".

Bertand Russell negá-lo-ia firmemente para Rousseau, por exemplo: mas creio também que não tinha empatia nenhuma com ele, veja-se a sua *A History of Western Philosophy*.

Francisco Iglésias, desta Universidade Federal de Minas Gerais, em *História e Ideologia*, p. 72-73, precisamente lembra que o simples facto de que o liberalismo admitia o colonialismo (quicá o admitem hoje *a fortiori* alguns dos seus pelo menos alegados herdeiros) prova que é mais uma ideia que uma realidade. E ideia envolvendo muitos sentidos contraditórios. Como logo observou a crítica ao respetivo artigo do clássico *Vocabulário* filosófico de Lalande (ed. bras. p. 615), e, no Brasil, observaria por exemplo Walter I. Rehfeld (*Ensaio filosóficos*, p. 88 ss.).

Fico contente, ainda, que Rousseau não tenha sido diabolizado (há ecos de outras estigmatizações na tese que mereceriam talvez uma leitura mais serena...) como totalitário, o que é muito frequente (Bertand Russell, que era um grande filósofo, diz na sua já referida *História da Filosofia* que a posteridade contemporânea dele seria... Hitler. Que injustiça!).

Mas a verdade é que o liberalismo dos primeiros três já tem sido muito estudado e a narrativa corrente é a de que Locke é liberal à inglesa, dando até lugar ao chamado *individualismo possessivo*, hoje tão evidente no ultraliberalismo - e Rehfeld é claro quanto ao liberalismo de Locke ser uma justificação teórica da burguesia inglesa vitoriosa na *Glorious revolution*.

⁴ Constant estará certamente abaixo na sua dimensão, tanto em termos absolutos como de renome, creio - uma estatística recente, julgo que citada por Jean Lacouture em *Les vendages de la Liberté* - redigi esta arguição sem os meus livros, já no Brasil - colocou *O Espírito das Leis* imediatamente atrás das vendas da Bíblia.

Montesquieu é liberal, sim, mas com uma sensibilidade social que, se quiséssemos ir para a *petite histoire*, lhe teria ficado inscrita desde o batismo, em que foi apadrinhado por um pedinte, por vontade dos pais nobres.

Mas já Rousseau, para essa visão simplista e etiquetadora, seria um proto-comunista (ou fascista...). Alguns são mais moderados e consideram-no protoromântico. Sem dúvida o será no plano literário...

Agrada-me, repito, que não alinhe nessa narrativa preconceituosa. Temos sempre que reler o que nos dizem, e mesmo que nos seja agradável e fácil, refazer os passos dos nossos autores. Esse é o verdadeiro método do universitário. Não apenas passionalmente ou ideologicamente aderir a teses correntes, mas saber ir contra a corrente... se for caso disso. E mesmo aceitar, se houver para tal justificação, as teorias do *mainstream*, mas procurando os argumentos que em outros muitas vezes faltam. Recordo sempre as palavras assassinas de Sartre contra Rougement, quase o metendo a ridículo por não ter tido variedade e crítica de fontes quando fala do amor entre os chineses (em *Situations*, I)...

Temos aqui dois grandes conceitos: *Ilustração*, nas suas reações com as Luzes e o Iluminismo, e *Liberalismo*. Em que medida se relacionam, e como se separam de outros, é para mim a grande questão filosófico-histórica da sua dissertação. Sinceramente, não me preocupa nada se José Bonifácio foi liberal, mais ou menos puro (é ele mais puro quando defende D. Pedro ou quando o ataca e lhe vaticina os piores dos males? Os próprios autores e protagonistas mudam).

Como a autora tantas vezes diz na tese, mas que me permito talvez sintetizar, *as coisas são o que são*, o liberalismo local foi o que pôde ser... Não sei se a ciência ganha muito se, a duras penas, conseguirmos provar um José Bonifácio mais liberal ou mais absolutista. Os factos são importantes. E alguns, devo confessar, alguns foram novos para mim (e úteis!).

Também não me interessa nada (e mais que a mim em geral ao entendimento da ciência historiográfica) o julgamento moral e de costumes sobre nenhum protagonista da História. O que aprendi com Ortega y Gasset, no seu magnífico livro *Mirabeau ou o Político*. Melville também já tinha avançado, na *Fable of the Bees*, que os vícios privados podem ser virtudes públicas.

É natural que o meu preconceito de ter nascido numa cidade que esteve cercada mais de um ano e lutou palmo a palmo, rua a rua (há ainda marcas de balas nas fachadas) pela Liberdade (e pelo Liberalismo) sob a liderança daquele a quem chamámos *rei-soldado*, não entenderá bem uma visão absolutista de D. Pedro, que - dizem os entendidos - o fuso horário transforma em I no Brasil, e é IV em Portugal. Para mais, um D. Pedro que tanto estava agarrado a um poder absoluto aqui que mal viu que a Liberdade (claro que uma liberdade muito limitada - como é toda a liberdade liberal, isso parece ser um *principium sapientiae*) em Portugal perigava, para lá partiu para por ela lutar de armas na mão. Deixando o trono brasileiro.

Vemos realmente, de um e outro lado do Atlântico, D. Pedro de formas muito diferentes. Lembro-me de uma conferência na minha Faculdade, no Porto, do Prof. Dr. Luis Guilherme Conci, da PUC de São Paulo, em que conseguimos na discussão um ponto de equilíbrio, mas não é fácil, porque os mitos invadem estas questões primordiais. Pior ainda seria se discutíssemos D. João VI. Sobre a sua ação no Brasil publiquei nos *Quaderni Fiorentini* um longo artigo, que terei muito gosto em lhe indicar. E é curioso que na p. 36 parece fazer um balanço positivo da sua estada no Brasil... Ou será erro meu de interpretação do seu texto?

A Carta Constitucional portuguesa, que os portugueses absolutistas, esses sim, criticaram tanto (dizendo até que fora escrita em *folha de bananeira*: sim, há em

alguns setores preconceitos antibrasileiros, de gente ignorante, inculta, primária; são felizmente poucos), foi decalcada da brasileira, literalmente escrita por D. Pedro e pelo Chalaça (Francisco Gomes da Silva), por cima do texto brasileiro.

Também se encontra nela o poder moderador, que obviamente não é a pureza de uma separação de poderes idílica e arquetípica. Mas é preciso ver que, como diz salvo erro John Gray, o liberalismo é por natureza impuro. Daí que a expressão "pautada no mais puro liberalismo europeu" só possa fazer para mim sentido se entendermos: na mais pura impureza, na mais profunda mestiçagem, no mais óbvio ecletismo. Estas coisas andam mal com a pureza. "Mais puro pensamento iluminista" (p. 43) também não sei o que seja: se o despotismo do Novo Príncipe Frederico da Prússia, se o enciclopedismo de Voltaire, que dele fugiu, para não ser deitado fora depois de espremido como um limão.

Não me parece que seja uma tarefa profícua contabilizar os pecados antiliberais no Brasil, tanto dos Andrada, como de D. Pedro, como de quem quer que seja. Isso seria o que menos precisa o Liberalismo: de uma absolutização, de uma rigidificação em dogma. Não foi Thiers quem aconselhou a Joaquim Nabuco uma protoescravatura⁵ no Brasil? E não é ele considerado liberalíssimo e até republicano?

A propósito ainda de D. Pedro: como são as mitologias - em Portugal diz-se que o irmão Miguel, com cara de áustria, é que era inculto e bronco e se divertia no exílio a alvejar inocentes galinhas. E que D. Pedro era músico, autor de hinos no Brasil (de então) e do Hino da Carta, que foi hino nacional português até 1910 (além de outros hinos mais), e que, como referi já, lia Tocqueville. Ora ler a prosa *sábia e triste* do autor da *Democracia na América*, como o caracterizou Raymond Aron (outro liberal impuro) não é para qualquer inculto e superficial. Mas quem me manda a mim defender D. Pedro, eu que sou republicano? É talvez o coração dele, objeto de peregrinação de tantos brasileiros, e que jaz em igreja, a da Lapa, a dois passos entre a minha Casa e a minha Faculdade, na cidade do Porto?

Em Portugal ou na Europa, eu jamais me atreveria a fazer estas referências pessoais (nós achamos por lá que as teses devem ser impessoalíssimas, até frias). Do mesmo modo que a maioria esmagadora dos arguentes formados nessa velha escola um tanto agelástica não se sentiria muito à vontade com os agradecimentos, também pessoais, e pessoalíssimos e afetuosos, com que abre a dissertação. Ensina-me nessa matéria a parecer (não a ser) ingrato academicamente. Claro que isso foi noutra tempo e noutra latitude. Conta-se que em França objetaram aos agradecimentos na tese de um brasileiro, o que teve de ser defendido por um renomado membro brasileiro da banca... A questão, cultural, não é pois inédita, nem totalmente ociosa. A minha pergunta retórica (não para si) é: e porque não pode o autor de um trabalho dedicá-lo a quem quiser, e agradecer a quem lhe aprouver? A verdade é que parece que alguns na Europa já agradeceram a personagens mortas, e pelo menos um outro teria dedicado uma tese a si mesmo. Também está bem... Por que não?

Também a interpretação providencialista da História, em cujo abono invoca apenas Herder (e que invocasse uma dúzia!) seria em geral mal vista pelo olhar treinado num positivismo ao menos metodológico. Nem sequer o olhar positivista...

Permitam-me que explique. Como Sigério de Bravante, admite-se uma espécie de dualidade: podemos ser privadamente fervorosos crentes, mas enquanto académicos a nossa fé tem de estar, ao menos, entre seguros parêntesis. Só essa *epoché* da fé permite, ao que pensamos, uma visão objetiva. Senão, estaremos fazendo literatura, ou teologia, não ciência. Embora o Direito seja, para mim, mais arte que ciência, aqui a questão é sobretudo da História. Entre parêntesis se diga que também

⁵ NABUCO, Joaquim. *A Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004, pp. 38-39.

não é normalmente tida em grande conta a velha e ciceroniana ideia de que a História é *magistra vitae*, para que aponta com a ideia de "aprender com os erros" logo na Introdução (p. 7). A citação que simpaticamente faz da minha *História do Direito*, em colaboração, na p. 8 não invalida o que digo: mas achei curioso que o remate que lhe acrescenta "flertando com o futuro", não poderia ter sido mesmo escrito por nós... Apesar de Almeida Garrett ter umas linhas sobre o *flirt* inglês nas suas *Viagens na Minha Terra*.

Seria porém descabida petulância etnocêntrica a importação desses critérios para uma tese no Brasil, em cuja Constituição, sendo um Estado laico, se invoca a proteção de Deus? Ainda aqui as opiniões se dividiriam. Os mais culturalistas diriam que não se poderá objetar nada a esses agradecimento preliminares, até porque "Deus é brasileiro". Os mais universalistas (e também muitos republicanos) dirão que a ciência é universal, e que o fogo arde tanto na Grécia como na Pérsia, como já lembrava Aristóteles.

No meu caso, que reivindico para mim a condição de *insider / outsider* (não me agrada muito, mas não há como dizer isto senão em inglês), apenas levanto o problema, sem julgar. *Epoché* sim, mas suspensão do juízo.

Vejamos agora a dissertação um pouco mais de perto.

Logo no resumo (p. 59 se afirma pretender-se fazer "uma leitura aberta e crítica da historicidade dos conceitos jurídicos brasileiros". Excelente programa. Mas de que conceitos jurídicos, e especificamente brasileiros? Há conceitos jurídicos brasileiros? Sim, sem dúvida: institutos novos, por exemplo... Mas não me pareceu vê-los aqui.

Por outro lado, a dimensão da historicidade é fundamental: opõe-se à sempiternidade, à universalidade temporal. Porém, o que se nos diz logo de seguida é que se vai comparar a dita "ilustração" europeia e a brasileira, etc. E logo nesse resumo me parece confundir-se a tal "Ilustração", que para facilidade traduzo por Iluminismo, e liberalismo. Gostaria de saber o que a candidata entende por Ilustração, que relações tem com Iluminismo e Esclarecimento, e sobretudo que relações tem com Liberalismo. Será que são a mesma coisa, no seu ponto de vista? Curioso que a p. 9, logo no início, diz que o iluminismo (estranhamente com minúscula, como já estava "ilustração" também na p. 8, assim com "luzes" na p. 15, por exemplo) é uma ideologia. Igual ou diferente do liberalismo? Pessoalmente, embora tenha bem presente a lição de um Guy Rocher e outros sobre a polissemia da expressão, acho que o Iluminismo é muito mais que uma ideologia... Mas afinal qual a noção de ideologia que preside à tese? Na p. 112 fala-se da "ideologia de Moisés"... Não é costume dizê-lo. Kelsen também tem contributos importantes para as várias modalidades de "ideologia"...

Quando, por exemplo, relaciona liberalismo, liberdade e socialismo (p. 14), fico mais perplexo ainda: que relação tem a Revolução Francesa com o socialismo? Que realmente pretendeu dizer com esse último período do penúltimo parágrafo?

A invocação logo a seguir de Mayos, notável pensador catalão contemporâneo (que tive o gosto de conhecer aqui mesmo em Belo Horizonte numa outra vez que tive o gosto de aqui vir), obrigaria a haver desbastado muito mais calmamente a sua obra e a obra dos autores com quem dialoga. A síntese que apresenta no último parágrafo desta página acaba por ser um elemento a complicar mais o *puzzle*. Mas tem todavia uma vantagem: remete-nos para outra categoria, que também se deveria ter presente - a Modernidade. E logo na página seguinte, a 15, novo problema se nos coloca: não haverá nada entre a Idade Média e o Iluminismo (aqui, logo na primeira linha passa a falar-se de "Iluminismo")? É evidente que não desconheço nem a tese da longa Idade

Média de Le Goff, nem sequer o trabalho, no México, de Jérôme Baschet, *La civilization féodale. De l'An mil à la colonization de l'Amérique*. Mas seria preciso explicar bem que é essa teoria que aceita, se é ela mesma que aceita. E que rompe com os cânones de há muito estabelecidos. O mundo muda, realmente, se a Idade Média se colocar entre o Império Romano e a Revolução Industrial... Ou se for mais longe ainda. E a tese não seria inédita, embora também creia que muito audaciosa. E confesso aqui que também sobre este assunto esta tese me inspirou: vou escrever um outro artigo sobre a questão.

Novo problema cronológico conceitual se nos coloca quando se aproxima das "grandes navegações" a criação de uma nova classe social, a burguesia. A burguesia nasceu aquando das grandes navegações? Quando foi?

Passemos à Conclusão: a noção de liberalismo aí avançada e que se diz que é de entendimento "unânime", fala de "ruptura com os preceitos medievais, a começar pelo absolutismo do monarca". Mais problemas se nos levantam: entre a Idade Média e o liberalismo certamente outras "coisas" terão feito ruptura e colocado em causa os "preceitos" daquele. Mas acabamos por ser remetidos para a noção de Absolutismo, que já se assacara muito antes, até à personalidade de D. Pedro. A polissemia deste conceito não pode ser maior, como se pode ver, desde logo, em Jorge Borges de Macedo, no Dicionário de História dirigido por Joel Serrão. Há muitos autores, entretanto (e acredito que no Brasil autores como José Pedro Galvão de Sousa, desde logo), como Afonso Botelho e espanhóis como Elias de Tejada, se bem me lembro, que precisamente diriam o contrário: que o Absolutismo não é medieval. Que o totalitarismo, ou o absolutismo (aí os confundirão alguns) são dos tempos pós-medievais... E a monarquia, diz Botelho, teria sido um "poder conjugado" na Idade Média. Realmente, é só com o fim desta que passa o rei a deixar de ser um *primus inter pares*.

Tudo isto nos começa a levantar a ponta do mistério: não é contra a Idade Média que o Liberalismo se levanta. Nem sequer o Iluminismo. Embora houvesse resíduos medievais ainda no Liberalismo (como ainda chegaram em Portugal ao século XX: por exemplo na agricultura - mas são resíduos, como diria quiçá Vilfredo Pareto, nada mais que isso...). Parece ser muito importante ver bem contra quem lutam liberais, iluministas, e outros... Até porque tradicionalistas estarão de mãos dadas com os liberais contra os verdadeiros absolutistas, que são pessoas como Pombal - que era totalmente anti-medieval.

Quem fala em Idade Média fala muitas vezes em feudalismo (lembre-se o célebre Ganshoff e naturalmente Marc Bloch de *La société féodale*). Mas o caso português teria sido diferente, de senhorialismo, segundo alguns, desde logo o grande historiador do Direito Paulo Merêa. Será que Portugal pode transmitir feudalismo sem o ter tido? (p. 55). *Nemo datur quod non habet*. Mas não estamos certo. Gostaríamos de ouvir a candidata... As teorias de Baschet dizem que a epopeia americana dos europeus são como que a *última flor do Lácio* feudal...

Sem a afinação de conceitos desta gramática jamais se compreenderão amizades e inimizades políticas... e o curso real dos acontecimentos, no seu sentido profundo.

Não ajuda a não localização temporal de várias afirmações. Quando se diz, no 2.º parágrafo da conclusão (p. 168), "a então nascente camada burguesa", esse "então" é quando?

Também seria de esclarecer o que serão as "modas" portuguesa, francesa e espanhola do "pensamento ilustrado" (p. 63). Pedro Calafate, na Enciclopédia *Pólis*, diz que não há diferenças substanciais entre o iluminismo português e espanhol...

Outro grande tema é a questão da influência e da originalidade. A minha tese francesa⁶ balizou-se por esses eixos. Contudo, hoje estou muito menos convicto de que sejam critérios seguros (e sobretudo de fácil detecção) em ciências sociais. Braz Teixeira põe as mais sérias reservas a este operador hermenêutico. A busca incessante da influência de uns autores noutros e, mais complexo ainda, a relação, nestes termos entre homens de ação e teóricos, pode redundar - a menos que se faça um trabalho muito, muito exaustivo - em resultados frouxos, ou pré-concebidos. Mas mais complicado ainda é conceber-se a auto-influência. O que significa, realmente, o segundo parágrafo da p. 37? Não é natural que, sendo do mesmo autor, as mesmas ou idênticas ideias, estejam presentes num livro teórico e num projeto de constituição - a menos que tenha havido, entretanto, mudança de ideias? É verdade que Rousseau se arvorou em juiz de Jean-Jacques, mas que desdobraimento de personalidade faria aqui falar em *influência*? Sobre este tema, *The anxiety of Influence* e Harold Bloom em geral são interessantes, mas há que criticar o paradigma.

Por outro lado, e voltando ao resumo, falar-se em "formatação" da identidade brasileira lembra-me um disco informático, coisa que não havia nesse tempo. Hoje parece-me que *formatação* tem um sentido pejorativo, de padronização mais ou menos tecnocrática ou até totalitária. Quiçá a expressão seria *formação*? Ou desejou mesmo dizer "formatação"? Parece que sim, porque em inglês usou "formatting". Portanto o objetivo não parece ser inócuo⁷.

Os trabalhos historiográficos que se embrenham pelas questões mais complexas dos conceitos e da periodologia da História da Cultura precisam ser obras de maturidade, em que uma larga convivência com os paradigmas, as teorias e a realidade concreta das realizações e dos eventos nas diferentes épocas em causa permitam aos seus pesquisadores não se entusiasmarem com as generalizações parciais, particularistas ou serem aprisionados nas malhas das exceções, dos casos particulares, etc..

Lidamos pessoalmente com o problema na questão do Iluminismo jurídico vs. Ilustração católica nacional e sabemos como numa primeira fase nem se veem os problemas, e numa segunda, nos sentimos perdidos... As fases seguintes dependem de cada um... A alternativa é um plácido não inovar, o que é complicado para uma tese que, canonicamente (por vezes legalmente até), tem de ser original. Embora a originalidade se possa conseguir num pano de fundo muito clássico, sem contestar, desde logo, as periodologias.

Finalmente a questão mais delicada, e que perpassa por toda a tese (e em que a tese não é original) é muito complexa, remete de novo para a ontologia ou metafísica dos países (em Portugal foi tabu falar do nosso *In hoc signo vinces*, um tópico do milagre de uma terra chamada Ourique que não se sabe sequer bem onde ficava) e formula-la-ei de forma simples: quem eram os brasileiros antes do mítico grito do Ipiranga (dá-lhe foros históricos na p. 72: creio que já li que era mito; conhece essa perspectiva?)? Antes de Tiradentes e da Inconfidência Mineira? Ou mais além: antes de Salvador Correia de Sá ter libertado Angola dos Holandeses?

Evidentemente que as independências além do mais são coletivas mortes do pai, mas para mais num país cosmopolita, como se evoca no final da dissertação, talvez não fossem só brasileiros o punhado dos que estavam nas margens do quadro de

⁶ Nota acrescentada em dezembro de 2014: Cf., na senda da nossa tese, mas atualizados, os nossos livros editados ulteriormente à apresentação e arguição da tese: *La Constitution naturelle*, Paris, Buenos Books International, 2014 e *Constitution et Mythe*, com prefácio de François Vallançon, Quebeque, Presses de l'Université Laval, 2014.

⁷ Desenvolveram-se aqui algumas observações sobre pontos concretos do trabalho, que se omitem, *brevitatis causa*.

Pedro Américo. Não sei. A historiografia não tem forma de medir amores à pátria, sobretudo se ela ainda não existia, ou no momento anterior ao instante do raiar da liberdade... Pelo contrário, é pertinente a citação de Rohloff (p. 84) e José Bonifácio mostra-se inteligente e estadista ao ser abrangente na sua noção de Brasileiro: "Brasileiro é para mim todo o homem... (etc.)". p. 84. Vale a pena ler todo esse texto, que não podemos reproduzir aqui, *brevitatis causa*.

Muito se diria sobre a origem e as influências constitucionais. Gostei de ver transcrito o discurso de Antônio Carlos na nota 225 da p. 73, embora suspeito que a Constituição Norueguesa funcione como uma falsa pista, como ocorreu no constitucionalismo suíço, *mutatis mutandis*. Foi verificar essa influência?

Não vou falar das ausências de bibliografia. Sempre há algo que falta... Há algumas que me parecem evidentes, mas acredito que cada vez mais também as escolhas são subjetivas e às vezes pior: são muitas vezes fortuitas. Evidentemente que ao longo deste texto subentendidamente já se refletem algumas preferências nossas. E sobretudo, como já enfatizamos antes, a necessidade não só de ter lido outras obras (que dariam uma mais atual visão de História) como de ter lido mais criticamente uma historiografia muito claramente empenhada e, nas respectivas épocas, muito pouco preocupada sequer em afetar equanimidade. Pelo contrário, historiografias (diversas entre si) hoje reconhecidamente empenhadas ideológica e até politicamente.

Ao longo da dissertação, falou-se de muitos conceitos, mas apenas uma vez me lembro de ter visto um outro: romantismo (p. 41). Pergunto-me se não seria um conceito a explorar, e se não há na tese um bom número de ecos de uma historiografia romântica. Foi isso um pouco que um dia, mas sem estas palavras, detetei num discípulo meu, hoje já doutorado e professor universitário, e a quem muito prezo e admiro.

Há estilos, em Historiografia. Mas dizem os bons mestres que devemos perseverar naqueles estilos menos afeiçoados à nossa maneira de ser, para atingirmos a integralidade do domínio das metodologias, e, por elas, do conhecimento. Por isso (permita-se-me de novo um para mim inusitado biografismo, mas que é apenas ilustrativo) o meu primeiro livro foi de *Procedimento Administrativo*.

Assim a aconselharia em novos estudos a ler os clássicos de uma historiografia mais moderna (creio que há uma lista de livros no nosso manual, que cita) e talvez a treinar-se em outros temas.

Para já, gostaria de ouvir a candidata sobre as observações que fui fazendo.

Recebido para publicação em 17-01-15; aceito em 22-02-15